

Project Life17 CCA-ES-000035 – LIFE LiveAdapt Adaptation to Climate Change of Extensive Livestock Production Models in Europe.
Climate Change and Diversification: Definition of the different typologies of extensive livestock and their resilience potential (species and habitats).
Fundación Entretantos | C5. Climate change and Training: Open courses and advise platform.
Tradução e Adaptação para Português: ADPM e Quercus



Life17 CCA-ES-000035



[CURSO 5] PLANIFICAÇÃO DA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM REGIÕES MARCADAS PELA PRODUÇÃO PECUÁRIA

UNIDADE 3

PLANIFICAÇÃO PARTICIPATIVA E PLATAFORMAS MULTIAGENTES





LIFE17 CCA-ES-000035



Queremos aproveitar esta última unidade do curso para fazer uma homenagem e recordar a nossa colega Charo (M. Rosario Gutiérrez Peña), autora da maior parte dos conteúdos dos cursos desenvolvidos no âmbito do projeto Life LiveAdapt, e consultora especialista da plataforma educacional, que infelizmente nos deixou no final de abril.

Obrigado Charo. Saudades.

Equipe de formação do Life LiveAdapt.





LIFE17 CCA-ES-000035



O programa de formação dos cursos gratuitos e a plataforma consultiva sobre "**Adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas**", do qual este curso e esta unidade didática fazem parte, foi desenvolvido pela [Fundación Entretantos](#) no âmbito da sua participação no projeto [LIFE LiveAdapt](#). O projeto LIFE LiveAdapt é uma iniciativa cofinanciada pela União Europeia, através do **Programa LIFE 17/CCA/ES/000035**. O conteúdo dos cursos reflete apenas as opiniões dos autores e não necessariamente as da União Europeia.

Referência: Fundación Entretantos (2022) *Programa formativo, cursos gratuitos e plataforma consultiva para a adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas*. Projeto LIFE LiveAdapt. Acessível em [<http://liveadapt.eu/>].

Coordenação geral: Julio Majadas, Pedro M. Herrera [Fundación Entretantos].

Conceção e estrutura: Pedro M. Herrera, Julio Majadas, Kike Molina [Fundación Entretantos].

Conteúdos e materiais de formação: Rosario Gutiérrez, Pedro M. Herrera, Kike Molina, Julio Majadas, Mireia Llorente, Isabeau Ottolini [Fundación Entretantos].

Edição: Kike Molina, Rosario Gutiérrez, Pedro M. Herrera, Julio Majadas [Fundación Entretantos].

Revisão de conteúdos: Fundación Entretantos, Innogestiona Ambiental, Universidade de Córdoba (UCO), Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), Quercus, Federación Española de la Dehesa (FEDEHESA).

Adaptação e tradução para português: Ricardo Vieira [ADPM], Nuno Alegria [Quercus].

Fotografias: Víctor Casas, Javier García, Pedro M. Herrera [Fundación Entretantos].

Edição e coordenação dos vídeos: Associação de Defesa do Património de Mértola [ADPM]

Design gráfico: Marta Herrera.

Desenvolvimento da 1ª edição dos cursos em Espanha:

Coordenação geral: Kike Molina [Fundación Entretantos].

Tutoria e monitorização: Kike Molina, Rosario Gutiérrez, Julio Majadas [Fundación Entretantos], Antonio Román [Innogestiona Ambiental], Carolina Reyes [UCO].

Responsável técnico: Rosario Gutiérrez [Fundación Entretantos].

Aconselhamento: Rosario Gutiérrez, Mireia Llorente, Julio Majadas, Pedro M. Herrera [Fundación Entretantos].

Desenvolvimento da 1ª edição dos cursos em Portugal:

Coordenação geral, tutoria, monitorização: Ricardo Vieira [ADPM], Nuno Alegria [Quercus].

Aconselhamento: Ricardo Vieira, Maria Bastidas [ADPM], Nuno Alegria, José Janela [Quercus]

Licencia: Creative Commons. Partilha de Atribuição Igual 3.0.



LIFE17 CCA-ES-000035



3

Planificação participativa e plataformas multiagentes

Planificar é trazer o futuro para o presente de tal forma que podemos fazer algo a respeito agora.

Alan Lakein

Ao longo deste curso vimos o que é a planificação territorial para adaptação às alterações climáticas, bem como os aspectos mais práticos relacionados com a adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas. Nesta última unidade reflete-se a participação e para que essa planificação seja efetiva e assumida pelas populações desses territórios, devem ser incluídos os diferentes agentes interessados no processo de construção/elaboração do planeamento. Para isso, contamos com o apoio de metodologias participativas que podem facilitar esse processo. Só com o envolvimento ativo da população local que facilite a tomada de decisão consensual pode ser garantida uma gestão coerente e sustentável ao longo do tempo.

A nível global, e sobretudo no sul da Europa, generalizou-se o processo de despovoamento e abandono das zonas rurais, acompanhado de um processo de envelhecimento da sua população, que se manifesta, por exemplo, na falta de mudança geracional nas atividades agrárias. O abandono é percebido, também, por meio de mudanças na paisagem, como homogeneização e fragmentação, e na dinâmica do território, cada vez mais polarizada. Estas alterações sociais, económicas e ambientais são muitas vezes agravadas pelas consequências das alterações climáticas, que potenciam alguns dos efeitos mais nefastos desta situação.

Para fazer face a este cenário, foram lançados inúmeros programas de desenvolvimento sustentável, promovidos por diversas entidades e com diferentes perspetivas sociais, políticas e económicas, com o objetivo comum de reequilibrar estes territórios afetados pelas alterações globais. Muitos deles enfocam os processos de governança territorial como um dos elementos-chave para reverter o despovoamento rural e o abandono da atividade agrícola.

Nesta unidade começaremos analisando o que é participação social, sua importância nos processos de planeamento territorial e as suas principais características. A seguir, abordaremos os modelos de planeamento estratégico e sua aplicação na perspectiva territorial. Além disso, estudaremos quais são os indicadores de qualidade que podem ser monitorizados a partir do planeamento estratégico e a sua importância para validar os resultados desse planeamento.

A unidade didática é acompanhada de um exemplo prático retirado do [próprio Projeto Life LiveAdapt](#), especificamente o processo de elaboração de um Plano Estratégico para a adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas.

Incluímos nesta unidade alguns conteúdos do curso 4, voltando às plataformas multiagentes e refletindo sobre a utilidade deste tipo de instrumento para adaptar as regiões marcadas pela produção pecuária às alterações climáticas de forma cooperativa.

Os objetivos desta unidade didática são:

Compreender a importância dos processos participativos e, especificamente, do planeamento territorial participativo nos processos estratégicos e de adaptação.

Saber o que é um plano estratégico para a pecuária extensiva.

Compreender e saber aplicar as fases do planeamento estratégico territorial.

Saber quais são os indicadores de qualidade do planeamento e sua importância para validá-los, bem como procurar e escolher os indicadores que são ótimos para o processo de planeamento.

Saber o que são as plataformas multiagentes, a sua importância para planificar as regiões marcadas pela produção pecuária e algumas das plataformas existentes nos nossos territórios nacionais.

Palavras-chave: [participação, planeamento territorial, plano estratégico, indicadores de qualidade, plataformas multiagentes]





LIFE17 CCA-ES-000035



RECORDAMOS: O QUE É REALMENTE A PARTICIPAÇÃO?

“Participação é a capacidade de expressar decisões que são reconhecidas pelo meio social e que afetam a própria vida e/ou a vida da comunidade em que se vive” (Roger Hart, 1993).

A participação cidadã consiste no *compromisso ativo dos cidadãos nos processos decisórios públicos que têm impacto nas suas vidas, incluindo aqueles que têm a ver com a gestão de recursos e com as ações que fazem parte do desenvolvimento de suas comunidades e da qualidade de suas vidas e de seu ambiente.*

Portanto, devemos ter em mente que:

Todos os processos de participação estão profundamente ligados ao desenvolvimento humano, sustentável e social.

Os processos de participação têm componentes educativos, formativos e socializadores, tanto individual como coletivamente.

Eles têm um horizonte de transformação e gestão social, ou seja, são desenvolvidos com o objetivo de transformar e adequar a gestão às necessidades de seus moradores e usuários

Devem dar resultados, ou seja, decisões e acordos devem ser aplicados em o contexto de gestão em que se desenvolve o processo participativo

São uma obrigação legal para todos os planos e processos de gestão ambiental do território.

O quadro legal e institucional em que actualmente se enquadra a planificação participativa, para não estender demasiado esta unidade didáctica, está descrito no "Para Saber Mais" desta unidade 3.

Participação ambiental

É um processo que permite incorporar a sociedade à tomada de decisões sobre aspectos relacionados ao ambiente natural e seus recursos, promovendo a presença ativa, informada e responsável de todos os interessados.

Portanto, o objetivo de qualquer processo participativo é transformar o ambiente a partir de modelos de desenvolvimento responsáveis e sustentáveis, e que também obedeçam às necessidades das pessoas que o habitam, dos que o utilizam ou usufruem e, em geral, de toda a sociedade.

Já vimos que no caso da pecuária, a participação é considerada uma ferramenta para lidar, por um lado, com os problemas e necessidades dos produtores, muitas vezes pouco valorizadas pela Administração pública. Exemplos incluem, falta de formação, necessidades crescentes de fatores de produção dependentes de



LIFE17 CCA-ES-000035



mercados, obstáculos burocráticos e administrativos ou controle de preços por intermediários. Por sua vez, essas situações geram dificuldades relacionadas à viabilidade ambiental, económica e social dessas explorações. A participação, além disso, é o instrumento que deve ser promovido pelas administrações que administram o território natural e seus elementos, por exemplo, sistemas agrícolas, silvicultura, florestas, acessos, conservação da paisagem, etc., na planificação desse território.

Com efeito, a incorporação de processos participativos como instrumento de gestão ambiental e do território, no nosso país, decorre de uma clara demanda social pela aplicação de políticas, planos, programas e projetos públicos que tradicionalmente têm sido realizados sem que as pessoas que o habitam possam usá-lo.

Um exemplo clássico dessa situação foi o modelo de cogestão das Áreas protegidas. O modelo de cogestão das áreas protegidas de âmbito nacional, pretende criar uma dinâmica partilhada de valorização de cada área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade e estabelecer procedimentos concertados, que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, e gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável de cada área protegida.

A cogestão das áreas protegidas concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respectiva gestão, envolvendo também as instituições de ensino superior e outras entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável das mesmas. As competências dos órgãos municipais são exercidas pelos municípios, podendo também sê-lo pelos órgãos competentes das entidades intermunicipais ou das associações de municípios com atribuições em territórios abrangidos por áreas protegidas

O que é participação?

Se efetuarmos uma primeira aproximação ao conceito de participação pública verificamos que esta se pode reportar na generalidade ao envolvimento, colaboração e até controlo pelos cidadãos dos processos de decisão associados ao desenho e implementação políticas públicas.

As propostas da **Nova Gestão Pública**, que foram promovidas como medidas modernizadoras nas administrações a partir da década de oitenta, influenciaram a ideia de tratar os cidadãos como clientes consumidores de serviços, esquecendo que a administração não é uma empresa, mas o braço executor da democracia. políticas que tentam resolver desafios e problemas coletivos por meio do diálogo, do debate e do consenso. Essa forma errônea de entender o papel da cidadania



LIFE17 CCA-ES-000035



gerou uma relação em que a Administração é a parte ativa no atendimento das necessidades sociais, enquanto a sociedade desempenha um papel passivo ([Heras F. Fundación Entretantos, 2020](#)).

Muitas explorações de **pecuária extensiva** estão ligadas a áreas protegidas (como a Rede Natura 2000). Muitas vezes, a intervenção de atores sociais no processo de elaboração de planos ou programas de conservação é contemplada quando já existe um projeto bem definido. Nessas condições, a capacidade de influência dos participantes é limitada e, além disso, a situação os obriga a se posicionar por reação ou oposição à proposta já definida. A realidade é que o pastoreio, apesar de ser a principal atividade de uso e gestão do território, muitas vezes não é contemplada adequadamente nos seus planos de conservação e gestão.

Recordemos as quatro principais chaves a ter em conta num processo participativo (para mais detalhes, ver unidade 6 do curso 4 LiveAdapt):

Comunicação. Promover canais, mecanismos, tempos e espaços de comunicação com os seguintes ingredientes:

- Transparência.
- Integração gerencial.
- Incorporação em todas as áreas e em todos os momentos.
- Escuta activa.
- Criação de espaços de diálogo.
- Retorno de resultados Inclusão. Incorporar todos os atores sociais relevantes e/ou com interesse no território.

Inclusão. Incorporar todos os atores sociais relevantes e/ou com interesse no território.

Deliberação. Facilitar espaços de reflexão coletiva, debate e também acordo e consenso.

Horizontalidade e equidade. Promova espaços em que todas as pessoas e opiniões tenham o mesmo peso, independentemente da sua afiliação, formação, etc.

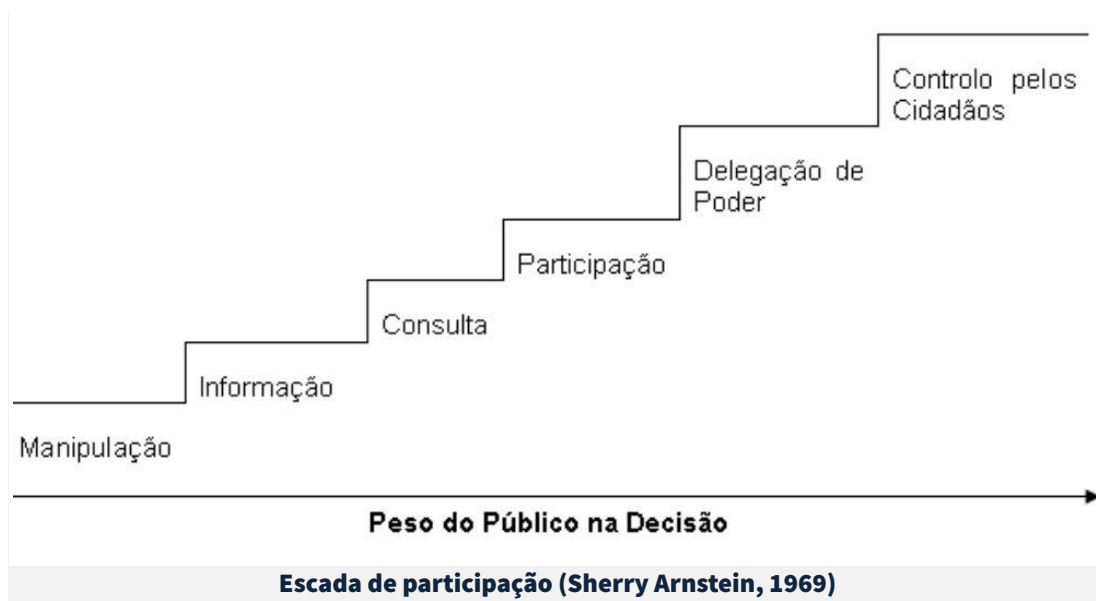
É claro que o objetivo final de um processo participativo é mudar a realidade. Nesse sentido, é fundamental prever as fórmulas para garantir que as contribuições dos participantes sejam levadas em consideração, com a seriedade que merecem e pelas instâncias apropriadas.

CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DA PARTICIPAÇÃO

Já sabemos, do curso anterior, que as características da metodologia de participação que se desenvolve devem ser claras e fiéis às características-chave dos processos participativos de qualidade. Também que devem ser compartilhados, conhecidos e assumidos por todos os integrantes do processo.

Tudo isso deve ser algo que já devíamos ter planeado e previsto antes de iniciar o próprio processo participativo, envolvendo não apenas os facilitadores do processo, mas também os participantes e as entidades promotoras.

O primeiro passo é definir onde estamos em relação à escala de participação, ou seja, em que espaço do processo está incluída a participação. Graficamente, é ilustrado como o degrau da escada de participação (Sherry Arnstein, 1969) em que estamos localizados. Nesta escada, à medida que avançamos, aumenta o envolvimento e a responsabilidade dos participantes na tomada de decisões (o ideal seria a auto-gestão):



No caso do plano estratégico de adaptação de pecuária extensiva promovida pelo projeto Life LiveAdapt, o processo de participação para o desenvolvimento da estratégia está sendo realizado com base nas contribuições de todos os agentes relevantes selecionados para o processo (técnicos, agricultores, especialistas, proprietários, investigadores...). Além disso, a construção do documento está incorporando todas as propostas de consenso recebidas, conforme explicado na seção seguinte. Assim, conclui-se que o nosso documento estratégico estaria em fase final e próximo da “delegação de poder”, pois os resultados dessa estratégia são a soma organizada, a partir do processo participativo realizado, de todas as contribuições dos agentes envolvidos. Evidentemente, neste caso, a entidade



LIFE17 CCA-ES-000035



promotora não é a administração gestora que pode lançar a estratégia, mas sim o consórcio de entidades do projeto LiveAdapt, pelo que o seu posterior desenvolvimento está para além das competências do próprio processo participativo. Mas isso não deve nos intimidar ou nos fazer pensar que não é uma participação real: decidimos e construímos juntos a partir de diferentes pontos de vista o documento estratégico que queremos para nossos sistemas extensivos, quais são as suas linhas de ação e os problemas a serem resolvidos. Estamos a realizar uma participação real!

No processo de participação e uma vez definido em que "área da escada" estamos a trabalhar, podemos agora lançar as **bases operacionais e metodológicas** do próprio processo, que devem ser abordadas a partir de todas ou várias das seguintes ideias (extraído de [Majadas J.GEA.S.Coop](#)):

- 1. Participação aberta:** parte da ideia de que TODAS as opiniões dos grupos previstos na proposta, de todos os agentes integradores, são relevantes. Num processo social de participação, todas as pessoas envolvidas fazem para contribuir com a sua experiência "expert", uma vez que possuem conhecimentos e interesses específicos.
- 2. Transparência:** torna mais fácil para todas as pessoas que participam saberem o que estão procurando, qual é o seu papel e qual o âmbito da participação em que estão; mas também, que todos os resultados e informação gerados sejam recolhidos nas diferentes sessões de trabalho e sejam disponibilizados espaços e ferramentas para tornar o processo e os seus resultados acessíveis e transparentes.
- 3. Influenciar:** que é um processo final e dirigido especificamente para a elaboração de um ou vários produtos finais, por exemplo, a elaboração de um Plano de Ordenamento, dos Planos Diretores ou o desenvolvimento de um Plano Estratégico para um sector (pecuária extensiva) num território.
- 4. Equidade:** definir ferramentas e instrumentos durante o processo para que todos os setores, todas as áreas de interesse e todas as pessoas que os representam, especialmente aqueles que podem ter mais dificuldade em expressar suas opiniões, possam expressá-las e torná-las visíveis durante o processo.
- 5. Representatividade:** para isso, é necessário um processo de pesquisa prévia que garanta a maior diversidade possível de opiniões e sensibilidades, e das diferentes organizações sociais e/ou setoriais.
- 6. Flexibilidade:** adaptar o processo, e os instrumentos que se colocam ao seu serviço, às necessidades detectadas, à evolução dos acontecimentos e ao clima de grupo que se gera.

7. Confiança: portanto, é necessário que as ferramentas e dinâmicas de participação, e a própria equipa de facilitação que se encarrega de desenvolver o processo participativo, gere confiança entre os diferentes agentes envolvidos. Além disso, essa equipa tem capacidade para desenvolver um processo participativo com garantias e soluções técnicas.

8. Dar sentido à participação: para isso, é necessário que todos os agentes envolvidos saibam, desde o início, para que será utilizado seu esforço e como serão tratadas suas ideias, estabelecendo as **regras do jogo** comuns para todas as pessoas envolvidas.

Essas regras do jogo serão as regras que todos os participantes assumem ao trabalhar nos espaços de debate e propostas, devendo ao menos definir os objetivos do processo, o seu alcance, o modelo de trabalho e as regras básicas para participar, como os acordos que são feitos, como são recolhidos, o que vai ser feito com eles, quem participa, etc. e facilitem que os processos de participação do grupo ocorram num ambiente apropriado e de confiança, para que se obtenham resultados úteis para a estrutura em que estão a trabalhar.



GOVERNANÇA MULTIESCALAR E PLANIFICAÇÃO PARTICIPATIVA

A governança é o resultado real da ação governamental sobre um território. Além disso, implica uma forma de entender a gestão pública que responda aos desafios de construir governos e sociedades mais cooperativos e relacionais, assim, a governança envolve o Estado, a sociedade civil e o setor privado na solução dos problemas identificados no âmbito de suas atribuições.

No que diz respeito à governança multiescalar, a União Europeia define-a como "a ação coordenada da união, dos Estados-Membros, das autoridades regionais e locais e dos cidadãos, baseada na associação e destinada a desenvolver e aplicar as políticas da União". Em outras palavras, trata-se de trabalhar em parceria, com maior cooperação em projetos conjuntos, com o objetivo de conectar visões e alcançar eficiência por meio do diálogo.

A participação cidadã tem sido reconhecida como um direito humano fundamental que estabelece a legitimidade de fazer parte da tomada de decisões em assuntos públicos, por meio de formas institucionalizadas, além de participar de atos eleitorais.

A planificação participativa é entendida como expressão de objetivos, estratégias e/ou prioridades que são desenvolvidas entre todos os membros da sociedade, sob a lógica de coordenação e articulação coerente, alinhada e abrangente.





LIFE17 CCA-ES-000035



PLANIFICAÇÃO PARTICIPATIVA EM REGIÕES MARCADAS PELA PRODUÇÃO PECUÁRIA: FASES

Para entender de forma completa e profunda o que é a planificação participativa e compreender suas diferentes fases, principalmente do **Plano de Ação Estratégico (PAE)**, tomaremos como referência o PAE de Adaptação da Pecuária Extensiva às alterações climáticas na Europa Mediterrânica que está a ser desenvolvida no âmbito do Projeto Life LiveAdapt no qual se enquadram estes cursos de formação.

O objetivo do plano é que as recomendações sejam concretas e úteis, tentando colocá-las numa perspectiva com os principais regulamentos, políticas e estratégias da União Europeia, identificando os instrumentos políticos mais relevantes em cada caso. Também, com o objetivo de melhorar a especificidade e utilidade de cada recomendação, tem sido associada à análise de boas práticas e experiências inspiradoras a nível regional e nacional no contexto mediterrânico.

Um aspecto fundamental a ter em conta na construção deste Plano de Acção é a atenção ao desenvolvimento participativo, isto implica estabelecer uma série de etapas sucessivas, de modo que as decisões tomadas em cada uma dessas etapas determinem as etapas seguintes dentro de um quadro lógico. Portanto, o desenho de cada uma das etapas é alimentado pelos resultados da etapa anterior. Se queremos obter contribuições mais enriquecedoras e um envolvimento mais construtivo das pessoas, devemos abrir o processo à participação desde o início e em cada uma das etapas: facilitar a incorporação de contribuições para o diagnóstico, para a definição de objetivos, para a seleção das opções que permitem atingir os objetivos e na elaboração do projeto do plano. Quando houver pontos de vista-chave e contribuições plurais nessas etapas, a redação final refletirá muito melhor a visão dos atores sociais e eles se sentirão mais identificados com o processo de planificação e os seus resultados.

Outro aspecto fundamental do processo é partir de uma análise ou diagnóstico da situação do território, ou seja, analisar o contexto social, económico, ambiental e político sobre o qual será desenvolvido o Plano de Ação Estratégico. É essencial identificar os agentes-chave do território com os quais vamos trabalhar para a sua elaboração participativa e isso permitirá compreender o contexto do território de um ponto de vista objetivo. Por isso, é importante que os investigadores, em todos os momentos, sejam imparciais e procurem recolher de forma imparcial o maior número possível de situações e casuísticas presentes e passadas.



LIFE17 CCA-ES-00035



JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DO PAE

Nesta seção, será realizada uma revisão bibliográfica aprofundada dos aspectos destacados e/ou problemáticos do território, com especial interesse pelo problema que é objeto deste PAE.

Por um lado, deve ser justificada a necessidade de sua elaboração, ou seja, argumentar o interesse de preparar o PAE para a melhoria da situação e seus conflitos e, por outro, procurar informações sobre outros planejamentos fracassados ou bem sucedidos em processos semelhantes, bem como as razões dessas falhas e as chaves para esses sucessos.

ESTABELECIMENTO DOS OBJETIVOS

A definição de objetivos claros é fundamental no desenvolvimento de qualquer trabalho ou processo. Cada uma das etapas subsequentes, como a seleção da metodologia ou a definição do alcance do documento, deve atender ao êxito desses objetivos como se fossem a espinha dorsal do documento.

No caso do PAE para a adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas, os objetivos estabelecidos são:

1. Apoiar a adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas, numa perspectiva integradora de processos de adaptação e mitigação. Este sistema de produção é definido como o conjunto de sistemas de produção pecuária que aproveitam eficientemente os recursos do território com as espécies e raças adequadas, compatibilizando a produção com a sustentabilidade e gerando serviços ambientais e sociais.
2. Oferecer de forma sintética os argumentos científicos e técnicos para identificar a pecuária extensiva como atividade-chave para a mitigação das alterações climáticas, bem como para a prestação de outros serviços ambientais públicos essenciais para a adaptação às alterações climáticas da sociedade em geral.
3. Incorporar a pecuária extensiva como parte diferenciada das estratégias de adaptação às alterações climáticas que estão a ser desenvolvidas a nível político europeu, nacional e regional.
4. Estabelecer as técnicas base para a implementação de estratégias específicas para melhorar a adaptação e resiliência da pecuária extensiva face às alterações climáticas.
5. Especificar esta estratégia para a adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas na Europa num conjunto de propostas, linhas de ação e recomendações políticas aplicáveis, coerentes, atualizadas e consistentes a nível técnico-científico.



LIFE17 CCA-ES-000035



DESTINATÁRIOS FINAIS DO DOCUMENTO

É importante estabelecer quais serão os agentes interessados ou as redes envolvidas. Nesse sentido, essas redes podem ser classificadas em três níveis:

Redes de 1º nível: Administrações e órgãos públicos, que costumam convocar a política, plano, programa ou projeto a ser desenvolvido.

Redes de 2º nível: Associações, organizações ou grupos com ou sem fins lucrativos afetados pela medida a acordar.

Redes de 3º nível: Pessoas ou grupos indiretamente envolvidos, mas com informação e/ou liderança de interesse no processo de participação.

No caso do PAE para a Adaptação da Pecuária Extensiva às Alterações Climáticas, o documento refere-se ao contexto europeu como um todo. No entanto, tanto pela maior participação dos países de clima mediterrânico como pela particular vulnerabilidade destes países às alterações climáticas, o PAE pretende ser particularmente aplicável ao contexto mediterrânico do sul da Europa. De forma complementar, o documento foi concebido para ser aplicável a diferentes níveis territoriais, administrativos e setoriais, oferecendo uma série de linhas estratégicas e propostas de ação adequadas para a adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas, organizadas de forma estruturada e sistemática. O seu conteúdo atualizado, solidamente fundamentado e fruto de uma cuidadosa participação multissetorial, torna-o um documento adaptável às necessidades dos diferentes níveis administrativos e potencialmente útil para organizações setoriais e para a comunidade científica.

ALCANCE DO PAE

Esta seção deve delimitar os principais parâmetros do PAE relativos ao número de pessoas, aos territórios e ao tempo em que deve ser desenvolvido. Da mesma forma, será possível decidir se o Plano pretende lançar as bases metodológicas para trabalhos futuros, se será destinado a um determinado setor ou a vários, o grau de rigor ou aplicabilidade técnico-científico e o número de territórios aos quais será destinado, neste caso, também será necessário determinar se as características de cada território serão levadas em consideração.

No caso do PAE de Adaptação da Pecuária Extensiva às Alterações Climáticas, a abrangência foi definida a partir de 4 dimensões: abrangência metodológica, abrangência setorial, abrangência técnico-científica e abrangência territorial.

1. **Âmbito metodológico.** Trata-se de um documento coletivo e consensual, construído entre todas as entidades parceiras do projeto Life LiveAdapt, cujo alcance e conteúdos foram gerados a partir de metodologias



LIFE17 CCA-ES-000035



participativas desenvolvidas a partir da colaboração de múltiplos agentes setoriais e revisadas e implementadas por um grande grupo altamente qualificado de especialistas, que propõem estratégias políticas para melhorar a adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas.

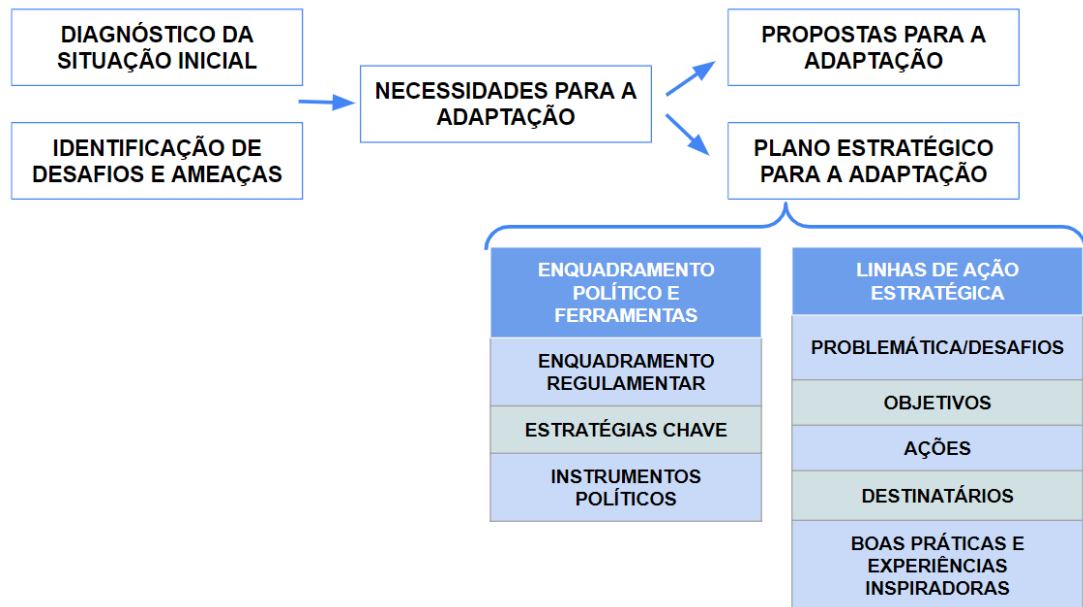
- 2. Alcance setorial.** O plano de ação refere-se especificamente à pecuária extensiva (ver Herrera et al., 2018), baseada no pastoreio e nos recursos fornecidos pelo território, com baixo nível de *insumos* externos e alto nível de sustentabilidade e integração dinâmica dos ecossistemas locais, conforme definido na Seção 6. “Sistemas pecuários incluídos no plano” deste documento. Ao longo do documento é discutida e destacada a necessidade de aplicar estratégias diferenciadas à atividade pecuária extensiva, devido, por um lado, às suas qualidades específicas como aliada na mitigação das alterações climáticas e na capacidade de adaptação do sistema alimentar, face aos desafios que iremos enfrentar com as alterações climáticas. Por outro lado, reconhecendo a alta vulnerabilidade dessa atividade diante dos cenários futuros previstos derivados das alterações climáticas.
- 3. Alcance técnico-científico.** A informação contida neste documento, bem como as conclusões e propostas nele expressas, assentam numa base técnico-científica sólida e atualizada. Além disso, o desenho de sua estrutura e sua elaboração foram acompanhados, supervisionados e revisados por uma equipa interdisciplinar e qualificada de especialistas da temática.
- 4. Alcance Territorial.** O documento está pensado para sua aplicabilidade em diferentes níveis territoriais. No entanto, seu desenvolvimento decorre dos extensos modelos de produção animal no sul da Europa. A participação na elaboração deste documento de parceiros da França, Espanha e Portugal significa que, embora as estratégias propostas se concentrem na adaptação da atividade pecuária extensiva em climas mediterrâneos, outras zonas bioclimáticas dos países indicados também estão incluídas nelas.

Guia: CONCEITO PARA ESTRUTURAR O PAE

O guia utilizado para a realização deste plano de ação está exemplificado na Figura 1. O primeiro passo para a construção do PAE é o diagnóstico da situação inicial. Este diagnóstico pode ser feito em paralelo ou sequencialmente com a identificação dos principais desafios ou problemas identificados.

A identificação dos diferentes problemas que a pecuária extensiva enfrenta diante das alterações climáticas tem sido associada às necessidades e desafios emergentes para uma adaptação adequada. A partir deste diagnóstico anterior, trabalhou-se na enunciação de recomendações, procurando aprofundar a sua

especificação para que sejam úteis tanto para os profissionais do setor como para os responsáveis pela formulação de políticas.



Roteiro e estrutura do plano de ação estratégico

METODOLOGIA DO PAE

A metodologia aplicada promove a participação no processo de construção do plano por meio de uma troca contínua de informações entre os resultados de natureza técnica e os resultados originados nos processos participativos. Para zelar pela qualidade dessa participação, foram considerados todos os setores envolvidos, bem como os diferentes níveis de responsabilidade e envolvimento no assunto, utilizando uma representação multiagente. O diagnóstico dos problemas a serem enfrentados e da situação inicial baseou-se em ferramentas de análise social e levou em consideração a diversidade territorial. Por fim, deve-se notar que a concepção e revisão do documento foi feita de forma colaborativa, com base na constituição de um grupo multidisciplinar de especialistas em diferentes áreas relacionadas à pecuária extensiva e alterações climáticas.

A metodologia aplicada procura identificar da forma mais clara possível os diferentes problemas que afetam a pecuária extensiva no cenário de alterações climáticas, relacionando-o às necessidades emergentes decorrentes dessa situação. A partir deste diagnóstico, trabalhou-se na enunciação de recomendações, procurando aprofundar a sua especificação para que sejam úteis tanto para os profissionais do setor como para os responsáveis pela formulação de políticas.



LIFE17 CCA-ES-000035



ASPECTOS CHAVE: O objetivo de um processo de participação deve responder a três condições básicas:

- Deve representar a maioria dos agentes e interesses envolvidos no território, com deteção de rede e seleção de representantes o mais precisa possível.
- Deve funcionar, ou seja, deve se traduzir em ações e compromissos realistas e concretos, alcançáveis e com o maior consenso possível.
- Deve ser mantido ao longo do tempo, ajustando-se com base em mecanismos de avaliação e controlo, adaptando-se ao aparecimento de novos problemas ou condicionantes.

INSTRUMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

A implementação do plano de ação é o processo pelo qual é elaborada a implementação das propostas e ações incluídas na planificação, dotando-o das diferentes ferramentas e instrumentos disponíveis para a sua construção e execução, e disponibilizando-as aos responsáveis e envolvidos no Plano.

Deve haver uma troca contínua de informações entre os resultados de natureza técnica e os resultados que se originam no processo participativo, para que haja uma implementação bidirecional. Dessa forma, não estamos apenas contribuindo com propostas sociais para a planificação técnica, mas também recebendo informações técnicas de qualidade para poder tomar decisões e contribuir com propostas.

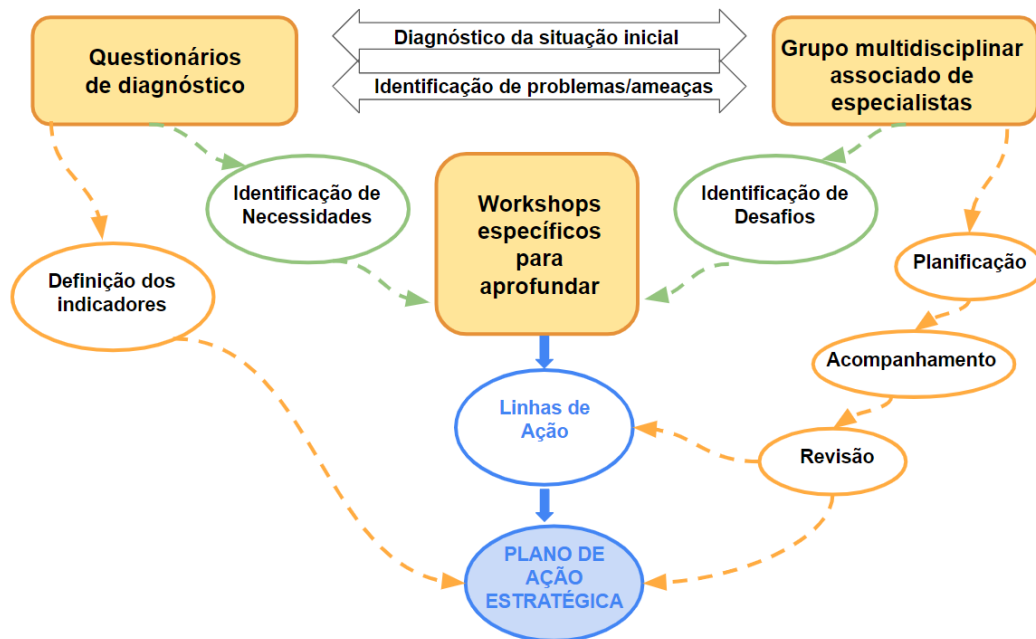
As ferramentas são os meios que podem ser utilizados para que as partes envolvidas se relacionem, facilitando a criação de espaços de encontro e debate para conhecer e analisar os conflitos socioambientais, que é o primeiro passo para sua resolução. Para que esses avanços sejam seguros, não podemos perder de vista que estes instrumentos estão inseridos num processo que, logicamente, requer planificação e organização e que servem de arcabouço prévio e profissionais que possam desenvolvê-los adequadamente.

Deve-se levar em conta o contexto em que será desenvolvido: o grupo, a sociedade, a situação económica, ambiental, social, etc. Todos os detalhes são importantes, desde o cenário em que os eventos acontecem até a transparência do processo..

Deve saber em que lugar do processo se encontra.. Em que escalão das relações entre as partes envolvidas estamos localizados, pois em função disso, utilizaremos as ferramentas mais adequadas..

Além disso, destacar que os processos de participação são únicos e irrepetíveis. Nestes, planifica-se, propõe-se e aplica-se ferramentas e instrumentos diferentes para satisfazer os diferentes objetivos planeados.

Dando continuidade ao uso do PAE para adaptação da pecuária extensiva às alterações climáticas como exemplo inspirador da construção de um plano de ação, a Figura 2 mostra esquematicamente a estruturação em ações e instrumentos do processo participativo de construção coletiva do plano de ação.



Esquema das ações envolvidas no processo participativo para a elaboração do Plano de Ação.

A seguir, são apresentadas algumas das ferramentas e instrumentos elaborados para o desenvolvimento do PAE para adaptação da pecuária extensiva, juntamente com alguns comentários sobre sua utilização e resultados.

Questionário de diagnóstico

- Questionário sobre a percepção dos efeitos das alterações climáticas na produção pecuária dirigido aos produtores. Recebemos um total de 271 respostas distribuídas pelos 3 países da região mediterrânica que participam no projeto: 131 produtores de Espanha, 61 de França e 79 de Portugal.
- Questionário sobre os problemas que envolvem o acesso à água e sua gestão pelo setor dirigido aos produtores. Recebemos um total de 83 respostas, com a participação de 62 pessoas de Espanha e 22 de Portugal.

Grupo multidisciplinar de acompanhamento de especialistas

Todo o processo de elaboração deste PAE, desde sua concepção até o seu consenso, foi acompanhado por um grupo multidisciplinar de especialistas no assunto. Este grupo é formado por 20 pessoas de



LIFE17 CCA-ES-000035



diferentes áreas profissionais relacionadas ao setor. O grupo se reuniu presencialmente e on-line e manteve comunicação via e-mail para acompanhar seu desenvolvimento.

Workshops participativos específicos para aprofundamento

Foram realizados 4 workshops específicos para aprofundar os temas inicialmente identificados como mais complexos. Nestes workshops foi assegurada uma ampla participação multissetorial com a presença de 79 pessoas entre as 4 sessões com representação de até 39 entidades envolvidas no setor, entre sindicatos, ONGs, organizações pecuárias e/ou em defesa do setor, grupos de investigação, grupos de consumidores, administração pública de diferentes territórios, etc.

Sessões on-line

- Webinar sobre "Pecuária e Alterações Climáticas" com apresentações de 5 especialistas e participação de 60 pessoas.
- Sessão on-line de debate e procura de consenso em torno do Plano Estratégico de Adaptação da Pecuária às Alterações Climáticas.
- Webinar de apresentação e discussão da versão final do documento.

Outras ferramentas de análise social

Além da recolha de informações por meio de questionários, também foi feita por meio de exercícios práticos incorporados nos cursos de formação realizados ao longo do Projeto LifeAdapt e por meio de entrevistas com agentes-chave do setor.

Revisão da literatura e informação da web

Para a preparação deste documento, foi feito um intenso trabalho de compilação de políticas, já aplicadas com sucesso ou em processo de aplicação, para cada um dos 3 países representativos do Sul da Europa em que esta estratégia se enquadra. Essas experiências políticas compiladas são completadas com o histórico internacional da FAO e do [WISP](#).

Além disso, a literatura científica e técnica atualizada publicada sobre o assunto foi compilada e levada em consideração.

Tradução do documento em 4 idiomas

Para facilitar o uso do documento e a consecução de seus propósitos, foi publicado em espanhol, português, francês e inglês.

QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL

Na elaboração de qualquer instrumento de planificação, é fundamental analisar o contexto político em que se insere o processo e conhecer as normas vigentes que



LIFE17 CCA-ES-000035



o afetam. Às vezes, para que a planificação se desenvolva com sucesso, deve se adequar o máximo possível (sem alterar seus objetivos e estrutura básica) às normas que regem no território para esses aspectos.

No entanto, em outras ocasiões, serão os regulamentos existentes que, por consenso, deverão ser modificados e, assim, atender aos objetivos de todos os grupos representados no Plano de Ação Estratégico. Portanto, é fundamental que a própria Administração e os representantes políticos estejam presentes no desenvolvimento da planificação territorial participativa.

A importância da esfera administrativa foi percebida desde o início nesse processo estratégico, tanto na fase dos questionários quanto nos workshops. Em relação à água, por exemplo, as pessoas inquiridas e as opiniões expressas deram prioridade aos problemas com a administração pública e à regulamentação em vigor para a adoção de medidas de melhoria das suas explorações (lagos de rega, poços, furos...).

ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E FEEDBACK

Como parte do próprio processo participativo e como um dos seus resultados desejáveis, deveria ser criado um Comité de Acompanhamento com representantes dos principais sectores sociais que participaram no processo participativo, assim como representantes das instituições e da equipa técnica. Imaginemos que elaboramos um plano de uso de pastagens comunitárias, um acordo de gestão da água ou um plano de uso de um monte: fornecer ferramentas sociais para o desenvolvimento de todos esses planos ajudará a tornar sua execução mais eficaz.

REPLICABILIDADE E TRANSFERIBILIDADE

Um dos objetivos intrínsecos de um Plano Estratégico é que ele possa servir de auxílio e exemplo para a elaboração de outros Planos. No caso de um Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, existem muitas medidas que podem ser implementadas nos Planos de outros setores, mas também podem ser usadas na planificação a outros níveis e escalas (regional, nacional, europeu, internacional),



LIFE17 CCA-ES-000035



INDICADORES DE UM PROCESSO ESTRATÉGICO

Qualquer processo estratégico, como é o caso do PAE, deve incluir na sua proposta uma série de indicadores (KPI: Key Performance Indicator) que nos ajudam, não apenas a medir o sucesso do processo, ou seja, se atingimos ou não os objetivos, mas sobretudo nos permite obter informações confiáveis sobre o estado de progresso e que facilite a tomada de decisão pelos agentes envolvidos, bem como para o reajuste do planeamento estratégico diante de novas cenários.

Ou seja, em primeira instância, os indicadores devem ser capazes de nos informar se alcançamos nossos objetivos para, além disso, facilitar a tomada de decisões para reorientar nossas ações e propostas.

Uma possível definição de **indicador** é que é uma *característica específica, observável e mensurável que pode ser usada para mostrar as mudanças e o progresso que um plano de ação está fazendo para alcançar um resultado específico*. Deve haver pelo menos um **indicador** para cada resultado.

A partir desta definição, um Plano de Ação deverá definir, para cada uma das ações propostas da Estratégia, um ou vários indicadores que permitam avaliar seu desenvolvimento

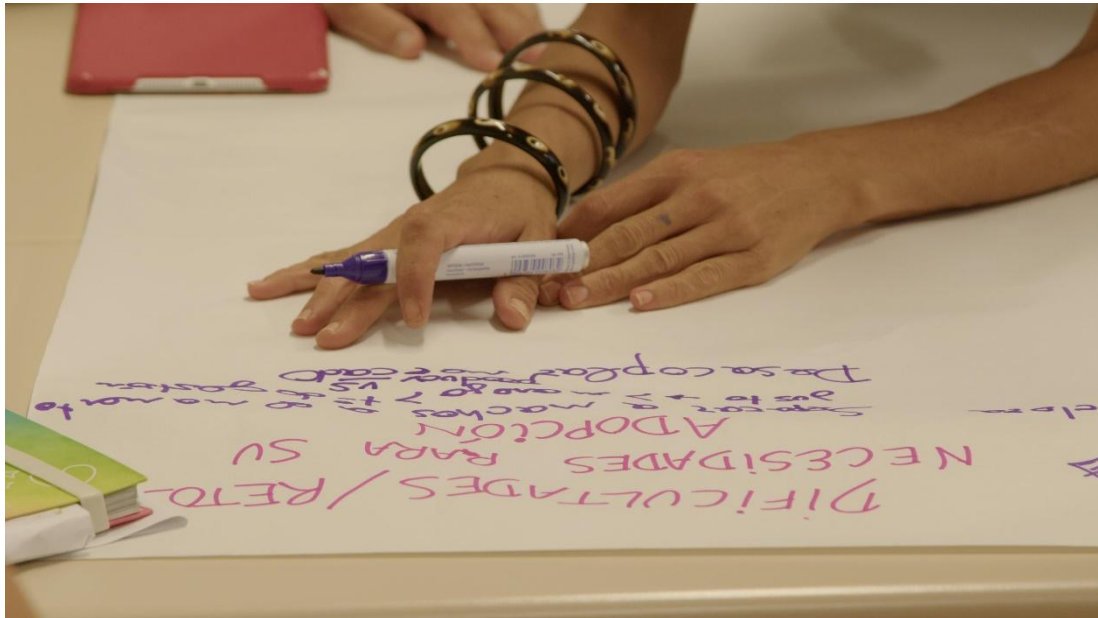
A fim de seleccionar um bom indicador, a primeira coisa a considerar é a sua relevância em relação, neste caso, aos nossos objectivos estratégicos..

Além disso, deve ser, sempre que possível, numericamente quantificável ou dimensionável qualitativamente (muito, bastante, pouco, quase nada...) que também pode ser transformado em algo quantitativo (1-2-3-4 -5) ou defina um intervalo absoluto (sim-não, sempre-nunca, etc.) que também pode ser transformado em um número: 0-1.

Para isso, obviamente, deve ser mensurável, ou seja, deve poder ser quantificado num processo de avaliação estratégica. Para que os indicadores sejam facilmente mensuráveis, podemos - na maior quantidade de casos possível - trabalhar com variáveis ou indicadores que já estão sendo medidos ou compilados para outros fins por alguma entidade, seja em nível municipal, regional, estadual ou administrações locais ou a nível europeu neste caso. No caso de serem parâmetros de nova medição, devem ser escolhidos os aspectos de recolha fácil, com base nas obrigações de gestão administrativa ou técnica.

Da mesma forma, deve-se levar em consideração a variável temporária, ou seja, deve ser definida quando é necessário medir este indicador, com que frequência, etc. Dessa forma, para cada um dos indicadores selecionados, é útil indicar as unidades em que o indicador será expresso e a periodicidade com a qual seria ótimo avaliá-lo.

Finalmente, não devemos esquecer que um indicador deve poder ser objetivamente verificado, medido e observado.





LIFE17 CCA-ES-000035



PLATAFORMAS MULTIAGENTES: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE SETORIAL

Como foi mencionado no curso anterior, a própria visão da paisagem e dos espaços naturais como espaços de pastoreio dá-nos uma ideia clara da necessidade de termos sistemas sociais e redes de pastoreio que sejam poderosos e bem articulados que nos permitem ter um setor para abordar na definição de qualquer processo estratégico ou planeamento do território.

Partimos da premissa de que a pecuária extensiva proporciona um grande número de benefícios socioambientais, como já foi visto ao longo desses cursos, mas que também pode ser um instrumento relevante na mitigação das alterações climáticas e na própria adaptação a novos cenários climáticos.

Ao mesmo tempo, estamos conscientes de que os sistemas pecuários extensivos são, precisamente pela sua dependência do solo e dos recursos naturais do território, os mais frágeis face às mudanças e às consequências do aumento das temperaturas associadas às alterações climáticas. Além disso, aqueles com menor capacidade para enfrentar os desafios sociais e económicos que derivam tanto de um mercado alimentar cada vez mais globalizado e capitalista, quanto das novas visões e discursos associados ao consumo de carne que, infelizmente, não diferenciam entre intensivista e industrial, modelos que geram uma enorme pegada de carbono, com aqueles mais extensos e de base territorial, que podem ser, como já vimos, um instrumento para enfrentar muitos dos efeitos das alterações climáticas, além de proporcionar múltiplos benefícios associados à economia rural, biodiversidade ou prevenção, para dar apenas alguns exemplos.

Abordar estratégias que facilitem a planificação territorial do pastoreio de acordo com esses novos cenários é, portanto, uma necessidade para enfrentar a crise climática, e para isso é necessário promover e gerar redes e estruturas de "extensivo" (produtores, investigadores, técnicos, ambientalistas, conservacionistas, etc.) que dão ao setor, por um lado, capacidade de diálogo e representação nas políticas e planos de gestão que afetam a sua atividade e, por outro, facilitam a articulação das referidas estruturas permitindo emitir opiniões concertadas para fazer frente aos desafios e facilitar a troca de experiências e conhecimento.

Recordemos que grande parte das paisagens agrícolas e florestais da Península Ibérica são fruto do seu uso ancestral por produtores, pastores, transumantes e rebanhos que moldaram grande parte dos territórios e sociedades rurais. A paisagem que os nossos olhos contemplam é, em definitivo, herdeiro de uma história secular de relação entre seres humanos, território e recursos: uma paisagem natural e humanizada, povos, história, cultura ([González F., 2016](#)).

Mas esse modelo com séculos de arquitetura mudou. Os novos sistemas de ordenamento do território, as políticas agrícolas europeias, os modelos alimentares locais, a própria estrutura da sociedade e da economia global, e a total desestruturação do setor pecuário tradicional, têm sido um conjunto de factores o que fez com que, em pouco mais do que 10 anos, os sistemas de produção extensivos tenham sido reduzidos ainda mais do que nos últimos 50 anos.

Para se ter uma ideia disso, segundo o último [recenseamento agrícola \(2019\)](#) foram recenseadas 290 mil explorações agrícolas, menos 15 mil que em 2009, o que corresponde a uma redução de 4,9%. A SAU aumentou 8,1% face a 2009, passando a ocupar 3,9 milhões de hectares (43% da superfície territorial). A dimensão média das explorações aumentou 13,7%, passando de 12,0 hectares em 2009 para 13,7 hectares de SAU por exploração

Região Agrária	Explorações		SAU		SAU média por exploração	Variação 1999-2019			Variação 1999-2009			Variação 2009-2019		
	(n.º)	(%)	(ha)	(%)		ha/expl.	n.º expl. (%)	SAU (%)	ha/expl. (%)	n.º expl. (%)	SAU (%)	ha/expl. (%)	n.º expl. (%)	SAU (%)
Portugal	290 229	100,0	3 963 945	100,0	13,7	-30,2	2,6	47,1	-26,6	-5,0	29,4	-4,9	8,1	13,7
Continente	266 039	91,7	3 838 708	96,8	14,4	-30,4	2,7	47,6	-27,2	-5	30,3	-4,3	8,4	13,3
EDM	44 560	15,4	212 639	5,4	4,8	-34,0	-1,4	49,5	-27,4	-2,1	34,9	-9,1	0,7	10,8
TM	65 211	22,5	450 701	11,4	6,9	-6,8	-1,6	5,7	-11,7	-5,5	7,1	5,5	4,1	-1,3
BL	44 245	15,2	129 848	3,3	2,9	-44,6	-23,5	37,9	-38,1	-26,1	19,3	-10,5	3,5	15,6
BI	33 617	11,6	391 754	9,9	11,7	-30,4	-6,5	34,4	-30,1	-19,6	15,1	-0,4	16,2	16,7
RO	34 486	11,9	409 095	10,3	11,9	-44,0	-8,7	63,2	-35,3	-12,7	34,9	-13,5	4,6	21,0
ALE	31 131	10,7	2 144 066	54,1	68,9	-13,3	11,4	28,5	-11,4	1,7	14,7	-2,2	9,6	12,0
ALG	12 789	4,4	100 605	2,5	7,9	-32,6	-1,3	46,4	-34,7	-13,4	32,7	3,3	13,9	10,3
Açores	10 656	3,7	120 632	3,0	11,3	-44,7	-0,6	79,9	-29,8	-0,7	41,3	-21,3	0,2	27,3
Madeira	13 534	4,7	4 604	0,1	0,3	-6,8	-18,4	-12,5	-6,3	-3,8	2,6	-0,6	-15,2	-14,7

Fonte: INE, I. P.

Figura atualizada em 2021-05-21

Número de explorações, SAU, e dimensão média por Região Agrária (variação 1999-2019). Fonte INE

Como já reunimos em cursos anteriores, hoje os produtores estão mais educados e melhor capacitados para lidar com os problemas e a burocracia que esta atividade acarreta, mas isso não é uniforme em todo o setor, e é justamente as pequenas explorações e os sistemas pecuários mais territorializados que carecem de melhor formação e espaços de conhecimento compartilhados para enfrentar os desafios de sua atividade.

Isso, aliado ao individualismo que caracteriza esse subsector, fruto de um medo atávico de considerar o outro como aliado e não como concorrente, algo que provavelmente tem muito a ver com séculos de história de competição por pastagens, ainda é um dos os principais problemas que vamos enfrentar na geração de redes e alianças que favoreçam um melhor posicionamento do setor nas políticas públicas e sua adequação aos modelos económicos e sociais.



LIFE17 CCA-ES-000035



Já foi mencionado que os produtores enfrentam vários problemas que não são resolvidos pela Administração. A única maneira de enfrentar os desafios atuais da pecuária extensiva (falta de rentabilidade, despovoamento, fragmentação da paisagem, falta de renovação geracional... e alterações climáticas) é desenvolver redes de confiança, ou seja, associações e redes de colaboração ou mútua suporte. Estas potencializam a troca de informações e facilitam a evolução social e educacional das pessoas que as compõem. Mas, além disso, as pessoas que compõem a associação possuem percepções, formações e qualificações diferenciadas, o que nutre o grupo por meio do compartilhamento de conhecimentos e experiências.

Para isso, é preciso gerar novas formas de relacionamento entre produtores, para enfrentar os obstáculos atávicos que têm impedido o desenvolvimento do tecido social no setor pecuário nacional.

Conhecer experiências de grupos de participação que funcionam com sucesso pode ajudar a conhecer suas lições aprendidas, facilitando o processo.

Falemos de soluções

Em relação ao individualismo

APRENDER COM OS OUTROS

Em relação à incapacidade de se focar nas políticas pecuárias

REDES DE PARTILHA

Em relação à dependência de outros na decisão do valor do nosso produto

UNIR FORÇAS

Em relação às políticas que são óbvias às especificidades e necessidades da produção bovina em extensivo

PARCERIAS EXTERNAS

REPRESENTATIVIDADE SETORIAL

Em relação a legislação obsoleta que incide negativamente no pastoreio, na sua mobilidade, na sua rentabilidade

INOVAÇÃO E FORMAÇÃO

Fonte: Majadas J. (2017)

Segundo a publicação da UGAVAN (Unión de ganaderos de vaca nodriza) no relatório “El vacuno extensivo en España: situación, evolución y perspectivas” ([González F., 2016](#)):

Não basta ser: você tem que ser... a coragem de se envolver

Os primeiros passos são o pilar sobre o qual a associação se baseia.

Aos poucos e bem organizado.

Apoiando-nos noutros outros setores, agentes, grupos... relacionados.

Procurando alianças.

Sem medo: errar é aprender.

Com transparência e informação.

Responsabilidades compartilhadas.

Utilizando recursos de comunicação 100%.

Promovendo capacitação e representatividade.

Olhando para os outros, aprendendo com os outros.





LIFE17 CCA-ES-000035



REDES EM PORTUGAL

Vale lembrar mais uma vez a necessidade não só de gerar, mas também de promover e apoiar as diferentes e incipientes redes e grupos que foram gerados nos últimos anos e não só gerar espaços de conhecimento coletivo, apoio e defesa, mas poder incluir nos processos de governação e participação associados à elaboração de planos de gestão e documentos estratégicos territorializados que surjam neste tema.

Vantagens do associativismo e networking

Partilha de conhecimento e espaços formativos de interesse do setor.

Troca de experiências, projetos e ideias.

Gerar e disseminar boas práticas.

Facilitar a gestão consensual do território e também de acordo com os seus interesses.

Participar de processos estratégicos e de gestão participativa.

Reivindique tal gestão participativa.

O futuro está em incentivar e apoiar todos os produtores a tomar consciência em grupo e fazerem parte da mudança, e os técnicos que os aconselham, a entenderem a sua necessidade e serem capacitados em gestão participativa, promovendo essa transformação social.

Passaremos agora a rever as principais redes e estruturas que existem atualmente em torno da pastoreio ibérica, abordando a sua adequação para o desenvolvimento de um processo estratégico. Recordemos que muitas destas redes já foram abordadas no curso anterior desenvolvido no âmbito do projeto LiveAdapt.

1. **Centro de Competências do Pastoreio Extensivo.** Este centro é representado por várias associações, unidades de investigação e empresas que representam os agricultores de cada região. É de salientar o valor da representatividade dos parceiros que fazem parte deste grupo, ao longo do país. O CCPE tem por missão ser um espaço de congregação e partilha do conhecimento, dos recursos e das competências existentes nas várias entidades, para o reforço da investigação e transferência de conhecimento, a promoção da inovação e a qualificação dos agentes do sector. Defender e apoiar a pecuária extensiva.



LIFE17 CCA-ES-000035



2. **RedeAGRO**. A Rede Temática Interdisciplinar do Agro-Alimentar e Florestal da Universidade de Lisboa visa, sobretudo, organizar os docentes/investigadores da ULisboa desta área de estudos para, obtendo vantagem da massa crítica em número de investigadores/unidades de investigação e respectivos níveis de diferenciação especializada, poderem mais facilmente inserir-se em redes internacionais, bem como posicionarem-se para eixos futuros da estratégia de especialização inteligente (RIS3) inserida no Acordo de Parceria com a União Europeia e respectivos programas operacionais (Portugal 2020) bem como em outros eixos competitivos nacionais e/ou internacionais.

A redeAGRO é constituída pelas escolas e centros de investigação que trabalham em áreas que incluem:

Agricultura e alimentos de origem vegetal.

Floresta e indústria de base florestal.

Pecuária e alimentos de origem animal.

3. **Confederação Nacional de Agricultura CNA**. Define-se com a “expressão organizada, predominantemente, dos agricultores e agricultoras das explorações agrícolas familiares”. Entre outros princípios, assume “as preocupações atuais sobre a construção de uma agricultura que responda às exigências de qualidade dos produtos, de defesa do meio ambiente, do mundo rural, da saúde, do trabalho e que promova a melhoria dos rendimentos e da qualidade de vida dos agricultores portugueses”. A CNA representa e promove os interesses socioprofissionais dos agricultores. Para isso, também desenvolve a prestação de um vasto leque de serviços técnico-profissionais e participa vários organismos “de consulta e concertação” com destaque para o CES, Conselho Económico e Social.

4. **Grupos de ação local (GAL)**. Trata-se de uma parceria formada por representantes locais dos setores público e privado de um determinado território de intervenção, representativa das atividades socioeconómicas e com uma estratégia de desenvolvimento própria).

Reforçar a capacidade dos agentes locais para desenvolver e executar operações, incluindo fomentar as suas capacidades de gestão de projetos;

Definir um procedimento de seleção não discriminatório e transparente e critérios objetivos para a seleção das operações, que evitem conflitos de interesses, garantam que pelo menos 50 % dos votos nas decisões de seleção correspondem a parceiros que não sejam autoridades públicas e permitam uma seleção por procedimento escrito;



LIFE17 CCA-ES-000035



Respeitar a coerência com a estratégia de desenvolvimento local de base comunitária ao selecionar as operações, estabelecendo prioridades de acordo com o seu contributo para os objetivos e metas das estratégias;

Preparar e publicar convites à apresentação de propostas ou um procedimento contínuo de apresentação de projetos, incluindo a definição de critérios de seleção;

Receber e avaliar os pedidos de apoio;

Selecionar as operações e fixar o montante do apoio e, se for caso disso, apresentar as propostas ao organismo responsável pela verificação final da elegibilidade antes da aprovação;

Monitorizar a execução da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária e as operações apoiadas, e realizar ações específicas de avaliação ligadas a essa estratégia.

A **Estratégia de Desenvolvimento Local** (EDL) é uma componente essencial da abordagem LEADER, traçando um caminho de desenvolvimento que reflete a combinação única de ativos, recursos e expectativas locais. Os Grupos de Ação Local (GAL) têm a responsabilidade de elaborar e implementar as suas EDL. No entanto, na prática, elaborar uma Estratégia de Desenvolvimento Local de qualidade pode revelar-se exigente.

OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE APOIAM O VASTO SECTOR PECUÁRIO

Para além das associações participativas constituídas pelo próprio sector, outras instituições público-privadas lutam também pela causa da pecuária extensiva e pelo apoio e investigação para este sector, mas sempre dando a voz principal aos próprios agricultores. Alguns exemplos são:

ONG e Cooperativas

1. [ANP/WWF](#). Em Portugal, a WWF (World Wide Fund For Nature) começou a operar no final da década de 90, através do Programa Eco Regional para o Mediterrâneo, sediado em Itália. Ao longo dos anos, reuniu uma equipa multidisciplinar de conservação, angariação de fundos e comunicação, dedicados ao trabalho de conservação da riqueza natural do nosso país. Com o fim deste programa, nasceu a oportunidade para a equipa portuguesa integrar a rede WWF com um escritório nacional. A missão da ANP/WWF é a conservação da biodiversidade nacional e ecossistemas florestais, a proteção da biodiversidade marinha e a promoção da sustentabilidade das pescas, a conservação dos ecossistemas de água



LIFE17 CCA-ES-000035



doce e seus recursos hídricos. A ANP/WWF intervém ainda sobre o tema das alterações climáticas e na promoção do consumo sustentável

2. [Herdade Freixo do Meio](#). O objetivo principal é de gerir coletivamente o Montado do Freixo do Meio, por forma a compatibilizar a melhoria permanente da relação com os recursos e a obtenção da abundância de bens e de serviços. Para tal, a Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio, CRL adotou uma vocação integral embora se foque inicialmente no alimento. Cremos que a abordagem horizontal das cooperativas clássicas limita a verdadeira interiorização do Comum, pelo que integramos verticalmente os diferentes setores envolvidos tanto na cadeia alimentar como nas outras áreas comuns que trabalhamos como a formação e a visitação agroecológica. A Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio, CRL é uma cooperativa multissetorial com o setor do Consumo como principal, e como secundários, o dos colaboradores e de outros interessados como os proprietários, agricultores, vizinhos, etc..).

Centros de Investigação e Universidades

1. [Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens](#). Criada em 1979, tem como objetivos intensificar o desenvolvimento e difusão da ciência e das técnicas de produção e utilização das pastagens e forragens para o progresso da agricultura e benefício público; apoiar e estimular, entre investigadores, técnicos e agricultores, iniciativas tendentes à divulgação e intercâmbio de informação de carácter científico e técnico dentro de um contexto de entreajuda e aperfeiçoamento no domínio das pastagens e forragens.
2. [ShareForest](#). O projeto ShareFOREST tem como objetivo a construção, desenvolvimento e avaliação de uma metodologia participativa para promover a codecisão na gestão e ordenamento das florestas, reforçando os princípios de governança territorial, com a missão última de prevenir futuros fogos.
3. [Centro de investigação de montanha CIMO](#). É uma unidade de investigação multidisciplinar centrada nas questões da montanha mediterrânica, sediada no Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, e com um pólo no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal. O CIMO faz parte da rede nacional de investigação coordenada pela Fundação Portuguesa de Ciência e Tecnologia (FCT). O Centro segue uma abordagem interdisciplinar baseada numa estratégia de investigação aplicada que abrange questões e conhecimentos que vão desde a Natureza (matérias-primas, recursos naturais, biodiversidade, agricultura e gestão florestal) a Produtos (alimentos ou materiais de base biológica). O CIMO visa promover a investigação nas zonas de montanha mediterrânicas de



LIFE17 CCA-ES-000035



acordo com as melhores práticas internacionais, promovendo a observação científica e o desenvolvimento experimental para a conservação, exploração e valorização científica da biodiversidade, recursos naturais, sistemas agrícolas e florestais, e produtos de montanha; desenvolver sistemas de utilização sustentável dos solos, melhorando as competências de investigação endógena; e ligar a investigação e as partes interessadas que promovem o desenvolvimento sustentável nas zonas de montanha.

4. [Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento MED](#). O novo instituto juntou o ICAAM, CEBAL, MeditBio e CIBIO-InBIO, cada um com importantes contribuições para as áreas do ambiente e da agricultura. O MED é atualmente a maior unidade de investigação nacional em temas que integram a agricultura e a floresta, a alimentação, o ambiente e o desenvolvimento rural em ambiente mediterrânico. O instituto está sediado na Universidade de Évora, com pólos de investigação em Beja e Faro. O MED tem cerca de 323 investigadores no total, o que inclui 179 investigadores doutorados, 48 alunos de doutoramento e vários colaboradores e técnicos.

REDES INTERNACIONAIS

Numa sociedade global que evolui rapidamente e em que a economia, as políticas ambientais, a pecuária, o mercado ou a alimentação são marcadas de esferas globais que, em muitos casos, exercem uma influência notável nos sistemas territorializados, as redes internacionais são instrumentos e recursos a ter em conta em qualquer abordagem estratégica.

Aqui estão algumas dessas redes e estruturas que podem ser de interesse para este curso:

1. FAO Pastoralist knowledge hub Esta aliança é formada por associações e redes de pastores de todo o mundo que trabalham e trocam ideias, conhecimentos e experiências sobre as políticas que os afetam, dando também a voz dos pastores através da [FAO](#). Tem inúmeros recursos como [publicações técnicas](#), documentação e estudos no repositório de conhecimento, notícias, [fórum](#) de pastores. Também nesta aliança temos acesso [redes](#) e associações pastoris de todo o mundo e a uma base de dados de cerca de 200 [organizações](#) dos cinco continentes.

3. Web do Ano Internacional de Pastagens e Pastores IYRP. Embora não seja uma rede em si, o site do ano internacional da pastorícia do [IYRP incorpora a resolução do IYRP da Assembleia Geral da ONU](#) para declarar 2026 como o Ano Internacional das Pastagens e Pastores e que foi apoiado por 103 países e mais de 300 organizações em todo o mundo. Ele contém informações sobre as



LIFE17 CCA-ES-000035



diferentes organizações que trabalham em todo o mundo em torno do pastoreio, bem como diferentes [recursos](#) de vídeo.

4. [European Forum on Nature Conservation and Pastoralism](#), (EFNCP) é uma organização europeia na qual participam 17 países, criado em 1988 com o objetivo de construir pontes entre as práticas agrícolas extensivas que contribuem para a conservação da natureza e a formulação de políticas (como a PAC) e ambientais. O seu trabalho concentra-se em apoiar sistemas de pecuária extensiva com o objetivo de contribuir para a viabilidade económica atual e futura desses sistemas pastoris. Pode obter mais informação na seção das [publicações](#) e recursos, bem como diferentes [documentos técnicos](#) sobre políticas públicas na Europa.

5. [CELEP: Coalition of European Lobbies for Eastern African Pastoralism](#). Este consórcio de vinte grandes [entidades europeias](#), trabalha para pressionar os seus governos nacionais, os órgãos da União Europeia (UE) (Conselho, Parlamento e Comissão), bem como outros órgãos/agências de decisão política na Europa (por exemplo, a Sede Europeia das Nações Unidas em Genebra e a FAO em Roma) para reconhecer e apoiar explicitamente o pastoreio e os pastores nas terras áridas da África Oriental. Possui uma biblioteca bastante completa de [documentação](#) técnica e informativa.

6. [Fundo Internacional do FIDA para o Desenvolvimento Agrícola](#). O FIDA é uma entidade de pesquisa rural com presença em [países](#) de todo o mundo que, entre outros temas, trabalha na área [pecuária e pastoril](#) e a partir da qual pode aceder a experiências, notícias e publicações de interesse. Há também outra série de temas que onde trabalha e que podem ter interesse para este curso, como a [água](#), o acesso a mercados ou o papel das organizações agropecuárias na [negociação de políticas](#) e planos de gestão, que abordamos neste curso.

7. [ICARDA | Ciência para meios de subsistência resilientes em áreas secas](#). O International Center for Agricultural Research in the Dry Areas (ICARDA) com quase cinquenta anos de existência, é uma organização internacional dedicada à pesquisa para o desenvolvimento através da inovação e da pesquisa, e que atua em países com áreas secas não tropicais, e cuja finalidade é melhorar a segurança alimentar, hídrica e nutricional e a saúde ambiental, face às alterações climáticas e aos problemas globais. Nesta linha, trabalha tanto em [sistemas pecuários](#) como em questões de acesso e qualidade do [solo e da água](#). À semelhança das entidades anteriores, dispõe de uma extensa [biblioteca](#) técnica.

8. [O International Livestock Research Institute \(ILRI\)](#). O Instituto Internacional de Pesquisa Pecuária (ILRI) trabalha para melhorar a qualidade de vida das sociedades nos países em desenvolvimento através da pecuária: o ILRI atua principalmente na Ásia e em África. É um centro de pesquisa vinculado ao [CGIAR](#), uma associação global de pesquisa em segurança alimentar e na qual colaboram



LIFE17 CCA-ES-000035



centenas de parceiros, incluindo institutos de pesquisa, organizações sociais, universidades, etc. Uma parte do seu trabalho centra-se em [sistemas pecuários sustentáveis](#) com acesso a informação, [publicações](#), materiais e ferramentas [informativas](#).

9. CIRAD: Innovons ensemble pour les agricultores de demain. O Centro Francês de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional (CIRAD) desenvolve projetos em mais de 100 países e mais de 300 instituições e organizações em todo o mundo, fornecendo conhecimento e experiências inovadoras para o desenvolvimento de sistemas agropecuários resilientes. Da mesma forma, e desde 2008, tem vindo a criar um conjunto de [plataformas em parceria para investigação e formação \(dPs\)](#), para partilhar recursos humanos, tecnológicos e financeiros entre os seus parceiros em projetos de longo prazo e orientados para prioridades estratégicas partilhadas, relevando a importância desta entidade em relação as [questões prioritárias, como](#) o seu envolvimento e impacto face à emergência climática.

10. Agrónomos e Veterinários Sem Fronteiras (AVSF). Esta [organização internacional](#) trabalha com comunidades rurais ameaçadas pela exclusão e pobreza, em projetos ligados à agricultura, pecuária e saúde animal e sempre a partir de uma visão social e gestão sustentável dos recursos naturais e ecossistemas. No campo da pecuária, desenvolvem projetos tanto em relação à melhoria da produção, quanto ao desenvolvimento do setor, à [saúde](#) e adaptação às [alterações climáticas](#). Também promovem a participação de organizações rurais nos mercados locais ou internacionais numa perspectiva de comércio justo. Colocam à disposição uma [biblioteca](#) de guias e documentos técnicos.

OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE APOIAM A PECUÁRIA EXTENSIVA

Apesar de já terem sido abordadas no curso anterior, voltamos a destacar outras instituições nacionais que desenvolvem a sua actividade apoiando de uma forma ou de outra o sector extensivo, quer a partir da investigação, quer do desenvolvimento de experiências e políticas.

11. ONGs E FUNDAÇÕES

12. [ANP/WWF](#). Em Portugal, a WWF (World Wide Fund For Nature) começou a operar no final da década de 90, através do Programa Eco Regional para o Mediterrâneo, sediado em Itália. Ao longo dos anos, reuniu uma equipa multidisciplinar de conservação, angariação de fundos e comunicação, dedicados ao trabalho de conservação da riqueza natural do nosso país. Com o fim deste programa, nasceu a oportunidade para a equipa portuguesa integrar a rede WWF com um escritório nacional. A missão da ANP/WWF é a conservação da biodiversidade nacional e ecossistemas



LIFE17 CCA-ES-000035



florestais, a proteção da biodiversidade marinha e a promoção da sustentabilidade das pescas, a conservação dos ecossistemas de água doce e seus recursos hídricos. A ANP/WWF intervém ainda sobre o tema das alterações climáticas e na promoção do consumo sustentável

13. [Herdade Freixo do Meio](#). O objetivo principal é de gerir coletivamente o Montado do Freixo do Meio, por forma a compatibilizar a melhoria permanente da relação com os recursos e a obtenção da abundância de bens e de serviços. Para tal, a Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio, CRL adotou uma vocação integral embora se foque inicialmente no alimento. Cremos que a abordagem horizontal das cooperativas clássicas limita a verdadeira interiorização do Comum, pelo que integramos verticalmente os diferentes setores envolvidos tanto na cadeia alimentar como nas outras áreas comuns que trabalhamos como a formação e a visitação agroecológica. A Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio, CRL é uma cooperativa multisetorial com o setor do Consumo como principal, e como secundários, o dos colaboradores e de outros interessados como os proprietários, agricultores, vizinhos, etc..).

CENTROS DE PESQUISA E UNIVERSIDADES

[Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens](#). Criada em 1979, tem como objetivos intensificar o desenvolvimento e difusão da ciência e das técnicas de produção e utilização das pastagens e forragens para o progresso da agricultura e benefício público; apoiar e estimular, entre investigadores, técnicos e agricultores, iniciativas tendentes à divulgação e intercâmbio de informação de carácter científico e técnico dentro de um contexto de entajuda e aperfeiçoamento no domínio das pastagens e forragens.

[ShareForest](#). O projeto ShareFOREST tem como objetivo a construção, desenvolvimento e avaliação de uma metodologia participativa para promover a codecisão na gestão e ordenamento das florestas, reforçando os princípios de governança territorial, com a missão última de prevenir futuros fogos.

[Centro de investigação de montanha CIMO](#). É uma unidade de investigação multidisciplinar centrada nas questões da montanha mediterrânica, sediada no Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, e com um pólo no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal. O CIMO faz parte da rede nacional de investigação coordenada pela Fundação Portuguesa de Ciência e Tecnologia (FCT). O Centro segue uma abordagem interdisciplinar baseada numa estratégia de investigação aplicada que abrange questões e conhecimentos que vão desde a Natureza

(matérias-primas, recursos naturais, biodiversidade, agricultura e gestão florestal) a produtos (alimentos ou materiais de base biológica).

O CIMO visa promover a investigação nas zonas de montanha mediterrânicas de acordo com as melhores práticas internacionais, promovendo a observação científica e o desenvolvimento experimental para a conservação, exploração e valorização científica da biodiversidade, recursos naturais, sistemas agrícolas e florestais, e produtos de montanha; desenvolver sistemas de utilização sustentável dos solos, melhorando as competências de investigação endógena; e ligar a investigação e as partes interessadas que promovem o desenvolvimento sustentável nas zonas de montanha.

[Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento MED](#). O novo instituto juntou o ICAAM, CEBAL, MeditBio e CIBIO-InBIO, cada um com importantes contribuições para as áreas do ambiente e da agricultura.

O MED é atualmente a maior unidade de investigação nacional em temas que integram a agricultura e a floresta, a alimentação, o ambiente e o desenvolvimento rural em ambiente mediterrânico. O instituto está sediado na Universidade de Évora, com pólos de investigação em Beja e Faro. O MED tem cerca de 323 investigadores no total, o que inclui 179 investigadores doutorados, 48 alunos de doutoramento e vários colaboradores e técnicos.





LIFE17 CCA-ES-00035



BIBLIOGRAFIA

- Arnstein SR (1969). A ladder of citizen participation. Journal of the American Institute of planners, 35(4), 216-224.
- Asín J. (2015). [Participación, gobernanza y políticas públicas](#). Cuadernos Entretantos (2). Ed.: Fundación Entretantos. Valladolid (España)
- Batalla-Carrera L., Díaz-de-Quijano M., Ercilla-Montserrat M., García J., Herrera PM, Majadas J., Turiño M. (Associació Rurbans y Fundación Entretantos) (2021). [Bases per al Desenvolupament d'un Pla Estratègic de la Ramaderia Extensiva a Catalunya 2021-2030](#). Ed.: Departament d'Acció Climàtica, Alimentació i Agenda Rural, Direcció General d'Agricultura i Ramaderia, Generalitat de Catalunya (España).
- Campos S., Carbonell X., Gómez-Limón García J., Heras f., Sintés M. (2007) [enREDando. Herramientas para la comunicación y la participación social en la gestión de la red Natura 2000](#). Ed.: Fundación Fernando González Bernáldez. Madrid (España).
- Fundación Entretantos (2020). [Participación Ciudadana en las administraciones públicas \(Unidad Didáctica 2\)](#). Curso: la Participación Ciudadana, una herramienta esencial para la gestión pública (Curso de formación on-line para empleadas y empleados públicos). Ed.: Gobierno de Navarra.
- García-Ventura D. (Equipo de Educación Ambiental, Departamento de Ecología, Universidad Autónoma de Madrid) (2007). [Análisis de casos de participación en procesos locales hacia la sostenibilidad](#). Ed.: Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico. Madrid (España)
- González F. (2016). [Informe: El vacuno extensivo en España. Situación, evolución y perspectivas](#). Ed.: Unión de Ganaderos de Vacas Nodrizas (UGAVAN). Salamanca (España).
- Heras, F. (2002). Entretantos: [Guía práctica para dinamizar procesos participativos sobre problemas ambientales y sostenibilidad](#). Colección de manuales de educación ambiental Monociclos. Ed. GEA S.Coop. Cáceres (España).
- Hart R. (1993). [La participación de los niños. De la participación simbólica a la participación auténtica. Ensayos Innocenti](#) (4). Ed.: UNICEF (Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia), Oficina Regional para América Latina y El Caribe. Florencia (Italia).
- Majadas J. (Fundación Entretantos) (2017). El factor humano: la necesidad de estar unidos. Ed.: Unión de Ganaderos de Vacas Nodrizas (UGAVAN). Salamanca (España).

Majadas J. (2017). [Proceso de participación social en la elaboración de Directrices de Gestión Forestal Sostenible en el Corredor Ecológico del Tiétar](#). 7º Congreso Forestal Español. Gestión del monte: servicios ambientales y bioeconomía. Junio 2017. Ed.: Sociedad Española de Ciencias Forestales. Plasencia, Cáceres (España).

Reyén, M. (2001). [Indicadores de sostenibilidad ambiental y de desarrollo sostenible: estado del arte y perspectivas](#). División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos Santiago de Chile, septiembre de 2001 M.

